

O IMPACTO DO ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO NA SAÚDE MENTAL E NA TOMADA DE DECISÃO DE POLICIAIS MILITARES DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

THE IMPACT OF FINANCIAL INDEBTEDNESS ON THE MENTAL HEALTH AND DECISION-MAKING OF MILITARY POLICE OFFICERS IN AMAZONAS: A MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS

Samuel Ferreira de Almeida¹
Denison Melo de Aguiar²
Flávio Humberto Pascarelli Lopes³
Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴
Luhan Ammy Andrade Picanço⁵

RESUMO: O presente estudo analisa o impacto do endividamento financeiro na saúde mental e na tomada de decisão de policiais militares, com ênfase no cenário da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). A atividade policial, intrinsecamente estressante, é agravada pela desorganização financeira, que atua como catalisador para transtornos severos, como depressão, ansiedade, Síndrome de Burnout e ideação suicida. Sob a ótica neurocomportamental, o estresse financeiro crônico inibe o córtex pré-frontal, favorecendo decisões impulsivas e aumentando riscos operacionais e a vulnerabilidade à corrupção. Além disso, a busca por rendas extras ("bicos") estabelece um ciclo de fadiga crônica que compromete a integridade física do agente e a qualidade do serviço prestado. A metodologia fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa e exploratória. Os resultados reforçam que a estabilidade econômica é um pilar da saúde biopsicossocial e da eficiência institucional. Conclui-se que a implementação de programas estruturados de educação financeira e suporte psicossocial nos cursos de formação e aperfeiçoamento é uma estratégia indispensável de valorização profissional e proteção institucional, essencial para mitigar o adoecimento da tropa e garantir a segurança da sociedade amazônica.

Palavras-chaves: Educação Financeira. Saúde Mental. Polícia Militar. Tomada de Decisão. Estresse Ocupacional.

¹ Cadete da Polícia Militar do Amazonas – PMAM, Especialista Segurança Pública (FOCUS), Tecnólogo em Segurança Privada – Estácio de Sá, Acadêmico da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Curso Superior de Graduação em Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão.

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

⁵ Cadete da Polícia Militar do Amazonas – PMAM. Mestre em Ciências da Saúde (UFAM). Bacharel em Fisioterapia (UFAM). Acadêmico da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Curso Superior de Graduação em Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão.

ABSTRACT: This study analyzes the impact of financial indebtedness on the mental health and decision-making of military police officers, with an emphasis on the context of the Military Police of Amazonas (PMAM). Police activity, which is intrinsically stressful, is aggravated by financial disorganization, acting as a catalyst for severe disorders such as depression, anxiety, Burnout Syndrome, and suicidal ideation. From a neurobehavioral perspective, chronic financial stress inhibits the prefrontal cortex, favoring impulsive decisions and increasing operational risks and vulnerability to corruption. Furthermore, the search for extra income ("moonlighting") establishes a cycle of chronic fatigue that compromises the officer's physical integrity and the quality of the service provided. The methodology is based on qualitative and exploratory bibliographic and documentary research. The results reinforce that economic stability is a pillar of biopsychosocial health and institutional efficiency. It is concluded that the implementation of structured financial education and psychosocial support programs in training and advanced courses is an indispensable strategy for professional appreciation and institutional protection, essential for mitigating troop illness and ensuring the safety of society in the Amazon.

Keywords: Financial Education. Mental Health. Military Police. Decision-Making. Occupational Stress.

INTRODUÇÃO

A atividade policial militar é amplamente reconhecida como uma das profissões mais estressantes do mundo, devido à natureza intrínseca das funções e às condições adversas em que os profissionais operam. Esse estresse ocupacional é um fenômeno persistente que acarreta implicações severas para a saúde mental e o bem-estar dos agentes, manifestando-se tanto durante o período de serviço ativo quanto na transição para a aposentadoria (SANTOS, 2024).

Os riscos psicossociais enfrentados por esses profissionais incluem cargas de trabalho exaustivas, ritmos intensos, horários irregulares e o uso constante de equipamentos pesados, além de desafios nas relações interpessoais e no desenvolvimento da carreira. Tais fatores contribuem para a prevalência de sintomas físicos e psicológicos, como insônia, irritabilidade e desgaste emocional, que podem evoluir para quadros graves de depressão e doenças cardiovasculares (LOPES; WAENY; MACEDO, 2018).

Paralelamente ao desgaste operacional, a desorganização financeira surge como um fator crítico que agrava a vulnerabilidade desses servidores. O analfabetismo financeiro e a falta de planejamento predisõem o policial ao endividamento excessivo, especialmente diante da facilidade de acesso ao crédito consignado e da instabilidade econômica do país, gerando um ciclo de ansiedade que compromete a concentração e a produtividade no trabalho (AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025). Nesse sentido, a má gestão do orçamento pessoal frequentemente leva os policiais a buscarem atividades extras, conhecidas popularmente como "bicos", para complementar a renda, quitar dívidas ou tentar criar uma reserva financeira. Embora essas

atividades visem a sobrevivência econômica, elas podem reduzir significativamente a qualidade de vida do militar e influenciar negativamente a forma como ele executa sua missão de segurança perante a sociedade (OLIVEIRA; OLIVEIRA; CRUZ, 2025).

Sob uma perspectiva neurocomportamental, o estresse crônico e a fadiga favorecem tomadas de decisão impulsivas, ativando áreas cerebrais primitivas ligadas à recompensa imediata em detrimento do planejamento racional realizado pelo córtex pré-frontal. Esse mecanismo biológico explica por que profissionais sob pressão constante são mais suscetíveis a comportamentos de consumo desequilibrados, o que aumenta exponencialmente o risco de inadimplência (SOUZA, 2025).

As consequências da falta de uma cultura de controle financeiro são drásticas e podem incluir desde o desmantelamento moral e familiar até situações extremas como a dependência química, a corrupção e o suicídio. Tais problemas evidenciam que a incapacidade de gerenciar o próprio orçamento possui um alto potencial lesivo, afetando a integridade do policial e a segurança da comunidade em geral (POTUK; GUIMARÃES, 2024). Diante desse cenário, a inserção da educação financeira nos cursos de formação e aperfeiçoamento das polícias militares demonstra-se uma estratégia viável e necessária para criar consciência orçamentária. Programas estruturados que abordem conceitos de reserva de emergência e investimentos servem como ferramentas preventivas essenciais para mitigar o adoecimento físico e mental da tropa (BARBOSA, 2022).

3

O presente estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira o endividamento financeiro impacta a saúde mental e os processos de tomada de decisão dos policiais militares. Busca-se investigar como a desestabilização do orçamento pessoal atua como um catalisador de transtornos psicológicos, como ansiedade e estresse crônico, e de que forma o estado de vulnerabilidade econômica influencia as escolhas operacionais e administrativas desses profissionais, sob uma perspectiva neurocomportamental. Além disso, a pesquisa pretende verificar a correlação entre a saúde financeira e a eficiência do serviço prestado à sociedade, visando fundamentar a importância da implementação de programas institucionais de educação financeira (AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025; SOUZA, 2025).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Panorama do Endividamento na Segurança Pública

O cenário do endividamento entre os profissionais de segurança pública no Brasil atingiu níveis alarmantes, refletindo uma crise que vai além das finanças pessoais e adentra a esfera da

saúde institucional. Em 2024 e 2025, os índices de inadimplência das famílias brasileiras alcançaram patamares críticos, e os policiais militares, como parte integrante desse corpo social, não estão imunes a essa instabilidade econômica. Pelo contrário, a categoria apresenta uma vulnerabilidade acentuada devido à natureza da sua remuneração e à estrutura de crédito oferecida ao servidor público (GOMES; THIESEN, 2022).

Um dos principais motores desse fenômeno é a facilidade de acesso ao crédito consignado. As instituições financeiras direcionam ofertas agressivas a esses profissionais, utilizando a garantia do desconto em folha e a estabilidade do cargo como lastro para empréstimos com juros que, embora menores que os do cartão de crédito, comprometem fatias significativas da renda líquida por longos períodos. Esse acesso facilitado, quando não acompanhado de educação financeira, torna-se uma "armadilha" que alimenta um ciclo de dependência do crédito para o pagamento de despesas básicas (AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025).

A defasagem salarial e a perda do poder de compra diante da inflação também são fatores determinantes para o agravamento deste panorama. Muitos policiais encontram-se com seus vencimentos estagnados ou com reajustes que não acompanham a alta do custo de vida, o que os obriga a recorrer ao sistema financeiro para suprir o déficit orçamentário familiar. Essa pressão econômica inicial evolui rapidamente para um endividamento crônico, onde o servidor passa a viver no limite do comprometimento de sua renda mensal (OLIVEIRA; OLIVEIRA; CRUZ, 2025).

A falta de uma cultura de controle financeiro pessoal dentro das corporações agrava ainda mais a situação. Sem o conhecimento técnico para gerenciar fluxos de caixa e planejar investimentos, o policial militar muitas vezes toma decisões baseadas no Sistema 1: um pensamento rápido e emocional, em vez de uma análise analítica e ponderada. Essa impulsividade, frequentemente potencializada pelo cansaço e estresse da profissão, resulta em aquisições de dívidas desnecessárias e na ausência de uma reserva de emergência (SOUZA, 2025).

A consequência imediata desse cenário é a busca por fontes alternativas de renda, conhecidas no meio policial como "bicos". Para muitos agentes, a atividade extra deixa de ser uma opção de lazer ou conforto para se tornar uma necessidade de sobrevivência e quitação de juros bancários. O problema reside no fato de que o excesso de jornada reduz o tempo de descanso e aumenta a exposição ao risco, gerando um ciclo vicioso onde o policial trabalha mais para pagar dívidas, mas acaba mais estressado e menos produtivo (POTUK; GUIMARÃES,

2024). Além disso, o panorama do endividamento revela um impacto direto na estrutura familiar do militar. Problemas financeiros são causas recorrentes de conflitos domésticos, separações e isolamento social, o que retira do policial a sua rede de apoio primária. Quando a base familiar é abalada pela instabilidade econômica, o sofrimento psíquico se intensifica, refletindo-se em sintomas como ansiedade e depressão, que prejudicam diretamente a performance operacional no policiamento ostensivo (AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025).

Sob a ótica institucional, o alto índice de policiais endividados representa um risco à segurança pública e à integridade da corporação. A vulnerabilidade financeira pode tornar o agente mais suscetível a desvios de conduta ou à corrupção, além de aumentar o risco de suicídio e dependência química. Portanto, o endividamento não é apenas um problema individual do servidor, mas uma questão de gestão estratégica que demanda atenção imediata das instâncias superiores (POTUK; GUIMARÃES, 2024).

Por fim, os dados de 2024 e 2025 reforçam a urgência da implementação de disciplinas de Educação Financeira nos cursos de formação e aperfeiçoamento. Somente através da conscientização sobre o uso do crédito, da importância do planejamento orçamentário e do entendimento dos riscos dos empréstimos consignados será possível reverter este panorama. A estabilidade financeira é, comprovadamente, um dos pilares fundamentais para a qualidade de vida e para o exercício pleno da missão policial (BARBOSA, 2022).

2. Neurociência e Decisão Financeira

A neurociência aplicada ao comportamento econômico demonstra que as decisões financeiras não são puramente racionais, sendo mediadas por sistemas cerebrais que interagem sob pressão. Decisões impulsivas e de consumo imediato ativam áreas primitivas do cérebro, como estruturas do sistema límbico, que formam o circuito de recompensa. Esse mecanismo, impulsionado por neurotransmissores como a dopamina, favorece a busca por satisfação instantânea em detrimento do planejamento de longo prazo, um padrão frequentemente observado em indivíduos sob alto estresse (SOUZA, 2025; SAPOLSKY, 2017).

Em oposição a esses impulsos, o planejamento financeiro e a análise de riscos dependem da funcionalidade do córtex pré-frontal, a região cerebral responsável pelas funções executivas e pelo raciocínio lógico. No entanto, a literatura destaca que o bom funcionamento desta área é extremamente sensível ao ambiente externo; em contextos de perigo iminente e fadiga, como os enfrentados na segurança pública, a capacidade do córtex pré-frontal de exercer o controle

inibitório sobre os impulsos primitivos é severamente reduzida (SOUZA, 2025; LIMA et al., 2026).

O estresse agudo, intrínseco à atividade policial, provoca uma elevação substancial nos níveis de cortisol, o hormônio que prepara o corpo para a "luta ou fuga". Esse desequilíbrio neuroquímico prejudica a comunicação entre os neurônios e "desliga" momentaneamente as áreas de processamento analítico. Esse estado biológico impede que o policial avalie corretamente a relação entre custo e benefício em suas transações financeiras (SOUZA, 2025; THIESEN; VILLELA, 2017).

A correlação entre o esgotamento mental e a desorganização financeira é reforçada pela perda da autoeficácia no trabalho. Quando o policial militar se vê inserido em um ambiente de alta pressão e baixas recompensas, a percepção de controle sobre a própria vida diminui, o que pode gerar um comportamento de "compensação" através do consumo. A falta de resiliência e o desequilíbrio entre o esforço empregado e a recompensa recebida tornam o cérebro mais vulnerável a armadilhas de crédito e endividamento (SILVA et al., 2025; TAVARES et al., 2021).

Além do impacto cognitivo, a instabilidade financeira retroalimenta o estresse ocupacional, criando um ciclo vicioso de adoecimento psíquico. O endividamento atua como um estressor crônico que mantém o sistema de alerta do cérebro constantemente ativado, o que pode evoluir para patologias como a Síndrome de Burnout, depressão e transtornos de ansiedade. Esse cenário de sofrimento mental compromete a integridade do agente, dificultando ainda mais a retomada do controle sobre o orçamento pessoal (CHIARI, 2025; FERNANDES; GAMA, 2025).

A manutenção da saúde física surge como uma estratégia de proteção neurobiológica fundamental para a tomada de decisão. Práticas como a corrida e exercícios aeróbicos estimulam a produção do fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF), que auxilia na neuroplasticidade e protege o córtex pré-frontal contra os efeitos tóxicos do cortisol alto. Policiais que mantêm uma rotina de cuidados biopsicossociais apresentam maior clareza mental e menor propensão a decisões financeiras impulsivas causadas pelo cansaço (LIMA et al., 2026; MOUSSE DE SOUZA et al., 2025).

As consequências de um cérebro financeiramente estressado transcendem a esfera individual, alcançando o âmbito institucional e social. A incapacidade de processar informações financeiras complexas sob fadiga — o chamado analfabetismo financeiro — predispõe o policial a situações de risco moral e até casos extremos de desespero pessoal. Sem uma cultura de

controle, o cérebro busca alívio em soluções rápidas, o que pode incluir a busca por atividades extras exaustivas ("bicos") ou o isolamento social (POTUK; GUIMARÃES, 2024; AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025).

Assim, a educação financeira deve ser tratada como uma política de saúde mental e valorização profissional. Ao fornecer ferramentas que auxiliem no planejamento e na reserva de emergência, a instituição ajuda a preservar as funções executivas de seus agentes, mitigando o impacto do estresse sobre o comportamento econômico. Um policial com estabilidade financeira possui maior capacidade cognitiva para decidir corretamente em campo, garantindo a sua própria segurança e a da sociedade (BARBOSA, 2022; GOMES; THIESEN, 2022; SANTOS, 2024).

3. Saúde Mental e Trabalho Policial

A saúde mental dos profissionais de segurança pública tem sido objeto de crescentes investigações acadêmicas devido às intensas exigências emocionais, físicas e psicológicas impostas pela profissão. O sofrimento psíquico nesse contexto não deve ser encarado apenas como uma fragilidade individual, mas como um fenômeno coletivo e estrutural, alimentado pela constante exposição a situações de risco e violência extrema. Essa dinâmica institucional contribui significativamente para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns, que muitas vezes permanecem invisibilizados pela cultura organizacional (CHIARI, 2025).

A atividade policial militar é permeada por riscos psicossociais que incluem ritmos de trabalho intensos, escalas exaustivas e a necessidade de manter um estado de alerta permanente. Esses fatores, quando somados à pressão por resultados e à rigidez hierárquica, tornam o ambiente laboral um terreno fértil para o surgimento de patologias como a depressão e o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). O desgaste emocional acumulado ao longo da carreira impacta não apenas o desempenho profissional, mas a integridade biopsicossocial do agente (SANTOS, 2024).

Entre os estressores externos que mais agravam o quadro de saúde mental dos policiais, o endividamento financeiro destaca-se como um dos principais motivos de busca por apoio psicológico nas corporações. A instabilidade econômica e a falta de controle sobre o orçamento pessoal atuam como gatilhos para crises de ansiedade severas, criando um ciclo de preocupação constante que drena a energia psíquica do trabalhador. Esse cenário de vulnerabilidade financeira é frequentemente o ponto de partida para o isolamento social e o declínio do bem-estar familiar (AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025).

A manifestação clínica desse sofrimento muitas vezes se consolida na Síndrome de Burnout, caracterizada pelo esgotamento físico e mental, despersonalização e baixa realização profissional. No caso dos militares estaduais, o Burnout é alimentado pela percepção de que o esforço despendido no cumprimento do dever não é devidamente recompensado, seja por vias remuneratórias ou pelo reconhecimento social. Essa desconexão entre dedicação e recompensa fragiliza a resiliência do policial, tornando-o mais suscetível ao adoecimento crônico (SILVA et al., 2025; TAVARES et al., 2021).

As consequências da falta de políticas eficazes de saúde mental são drásticas e podem levar a desfechos trágicos, como o comportamento suicida. A vitimização policial, que inclui tanto as mortes em combate quanto o autoextermínio, revela falhas críticas nos mecanismos de proteção estatal e de gestão institucional. O suicídio entre policiais é, muitas vezes, o ápice de um processo de sofrimento não tratado, onde o endividamento e o estresse ocupacional se fundem em um estado de desesperança profunda (PESSOA; AGUIAR, 2026).

A cultura institucional das corporações policiais, marcada pela exaltação da força e pela negação da vulnerabilidade, impõe uma barreira adicional ao tratamento. Muitos policiais evitam buscar auxílio psicológico por receio de serem estigmatizados ou de sofrerem sanções em suas carreiras, como o afastamento do serviço ativo ou a proibição do uso de arma de fogo. Essa postura de repressão emocional favorece o agravamento dos sintomas e impede a detecção precoce de quadros depressivos e tendências autodestrutivas (FERNANDES; GAMA, 2025).

Diante dessa realidade, a promoção da saúde mental deve ser compreendida como um direito fundamental do policial militar e um dever do Estado. Políticas públicas de valorização profissional precisam ir além do fornecimento de equipamentos de proteção, incluindo programas de acompanhamento psicológico contínuo e preventivo. A implementação de ações que abordem a saúde de forma integral, contemplando inclusive a educação financeira, é essencial para mitigar os impactos lesivos da profissão sobre a mente do agente (MOUSSE DE SOUZA et al., 2025).

Em última análise, a estabilidade emocional do policial é a base para o exercício eficiente do policiamento ostensivo e para a garantia da segurança da comunidade. Quando o Estado falha em proteger a saúde mental de seus agentes, compromete não apenas a vida desses profissionais, mas a própria qualidade do serviço prestado à sociedade. É urgente que as instituições reconheçam o sofrimento psíquico como um problema de gestão estratégica, promovendo um ambiente de trabalho mais humano e resiliente (COSTA; MADALAZZO; CIOATO, 2025; POTUK; GUIMARÃES, 2024).

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e documental, ancorando-se no referencial teórico clássico de autores como Severino (2017) e Gil (2022). A investigação adota uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada à compreensão dos impactos neurocomportamentais e psicossociais do endividamento financeiro na trajetória dos policiais militares. A opção pelo caráter exploratório justifica-se pela necessidade de desvelar as conexões entre a gestão orçamentária e o adoecimento mental, permitindo a interpretação de significados e relações complexas entre a vulnerabilidade econômica e a eficiência operacional (MINAYO, 2012). Esta orientação metodológica alinha-se a estudos precedentes que utilizam análises qualitativas para problematizar o impacto de fenômenos financeiros sobre a qualidade de vida e o bem-estar de profissionais da segurança pública (AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025).

O delineamento da pesquisa estrutura-se a partir da sistematização de fontes primárias e secundárias em bases de dados acadêmicas. O *corpus* documental compreende legislações, relatórios institucionais e monografias sobre estresse ocupacional e finanças pessoais, enquanto o suporte bibliográfico integra produções científicas sobre neurociência, economia comportamental e saúde mental. Para garantir a organização lógica e a profundidade analítica, o manuscrito foi estruturado em três eixos centrais: o panorama do endividamento na segurança pública, os mecanismos neurocomportamentais que regem a decisão financeira e os reflexos do sofrimento psíquico na atividade policial.

9

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Impactos na Saúde Mental

O estresse financeiro atua como um potente catalisador para o desenvolvimento de transtornos mentais severos na carreira policial militar. A análise dos dados demonstra que o endividamento crônico gera sentimentos de vergonha, frustração e desesperança que, quando acumulados, aumentam significativamente o risco de ideação suicida e autoextermínio. Esse sofrimento é muitas vezes silencioso, uma vez que a cultura institucional militar tende a estigmatizar a vulnerabilidade emocional, dificultando o pedido de auxílio precoce e perpetuando um ciclo de adoecimento invisível dentro das corporações (AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025; CHIARI, 2025).

A incapacidade de prover o sustento para a família e a pressão constante dos credores resultam em conflitos domésticos intensos, que retiram do policial sua principal rede de apoio

emocional. O dismantelamento moral e familiar decorrente da insolvência financeira intensifica o isolamento social do agente, potencializando quadros de depressão profunda e ansiedade generalizada. Sem uma base familiar sólida, o militar encontra-se desamparado para lidar com o estresse inerente ao policiamento ostensivo, o que compromete sua estabilidade psíquica diante de situações de alto risco (POTUK; GUIMARÃES, 2024; FERNANDES; GAMA, 2025).

A literatura aponta que o desequilíbrio entre o esforço profissional e a recompensa financeira percebida é um dos pilares fundamentais para a manifestação da Síndrome de Burnout. O policial endividado sente que sua dedicação ao Estado não se traduz em dignidade econômica, o que gera uma sensação de desamparo aprendido e esgotamento emocional crônico. Esse cenário de "dor psíquica" contínua compromete a resiliência do agente, tornando-o vulnerável a crises de pânico, transtornos de estresse pós-traumático e outras psicopatologias que afetam sua vida funcional (TAVARES et al., 2021; SILVA et al., 2025).

Além dos transtornos de humor, a instabilidade financeira manifesta-se em sintomas psicossomáticos que prejudicam a saúde física do policial. A preocupação constante com a inadimplência eleva os níveis de cortisol no organismo, resultando em distúrbios do sono, fadiga crônica e hipertensão arterial. Esse desgaste biológico reduz a expectativa de vida útil do servidor e impacta negativamente a transição para a aposentadoria, fase em que o acúmulo de estresse financeiro e operacional costuma cobrar seu maior preço à saúde do militar (SANTOS, 2024; LOPES; WAENY; MACEDO, 2018).

A percepção de vulnerabilidade econômica também afeta a autoeficácia e a motivação intrínseca do policial durante o Curso de Formação de Oficiais ou de Praças. Quando o militar em formação percebe que o sistema financeiro pode comprometer seu futuro, a pressão acadêmica e disciplinar funde-se à ansiedade monetária, prejudicando o desenvolvimento de habilidades táticas e emocionais. A ausência de uma rede de suporte que trate a saúde financeira como parte da saúde mental institucional impede que o agente desenvolva as defesas necessárias contra a vitimização policial (SILVA; AGUIAR, 2025; PESSOA; AGUIAR, 2026).

Dessa forma, a promoção da saúde mental na Polícia Militar do Amazonas deve perpassar pela educação financeira e pela valorização salarial. Políticas públicas que ignorem a dimensão econômica do sofrimento psíquico falham em proteger o servidor de forma integral, permitindo que a desorganização financeira continue sendo um gatilho para o colapso emocional e moral da tropa. Somente com o fortalecimento do bem-estar financeiro será possível garantir um ambiente de trabalho resiliente, capaz de preservar a vida do policial e a

segurança da sociedade amazônica (MOUSSE DE SOUZA et al., 2025; AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025).

4.2. Comprometimento da Tomada de Decisão

No que tange à performance operacional, os resultados revelam que o policial imerso em dívidas apresenta uma redução drástica do foco e níveis elevados de distração durante o serviço. A mente ocupada com estratégias para liquidar débitos de subsistência, como aluguel e contas básicas, entra em um estado de "túnel cognitivo", prejudicando a atenção seletiva necessária para identificar ameaças reais no terreno. Essa desatenção é um fator de risco crítico que pode levar a erros fatais em procedimentos de abordagem, uma vez que a capacidade de processar informações do ambiente fica severamente limitada pela preocupação financeira (SOUZA, 2025; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CRUZ, 2025).

A vulnerabilidade cognitiva causada pelo estresse financeiro reflete-se diretamente no uso desproporcional da força e no aumento de acidentes de trabalho. Sob pressão econômica, o limiar de tolerância do policial diminui, e a irritabilidade constante, sintoma do cortisol elevado, pode resultar em reações agressivas e impulsivas perante a população, comprometendo a legitimidade da ação policial. Erros técnicos cometidos sob este estado de fadiga mental não apenas colocam vidas em risco, mas também geram responsabilizações jurídicas e disciplinares que agravam ainda mais a crise pessoal e financeira do militar (SANTOS, 2024; LIMA et al., 2026).

Sob uma análise neurobiológica, a sobrecarga de preocupações financeiras inibe o funcionamento do córtex pré-frontal, região responsável pelo controle inibitório e pelo julgamento moral. Esse fenômeno favorece a predominância do Sistema 1 de pensamento: rápido e instintivo, em momentos que exigiriam a deliberação analítica do Sistema 2. Consequentemente, o policial endividado torna-se mais propenso a falhas de julgamento técnico, podendo interpretar equivocadamente gestos de cidadãos como ameaças iminentes, o que eleva a letalidade policial e a insegurança jurídica (SOUZA, 2025; THIESEN; VILLELA, 2017).

Além dos riscos operacionais, a precariedade financeira torna o agente um alvo mais suscetível à corrupção e a comportamentos antiéticos como estratégia de obtenção de renda emergencial. O desespero para sanar dívidas imediatas ou evitar o desmantelamento familiar pode levar à erosão do caráter funcional, onde o policial vê na ilegalidade uma saída desesperada para sua sobrevivência econômica. Esse comprometimento ético não deve ser lido apenas como

uma falha de caráter individual, mas como uma consequência direta da ausência de políticas institucionais que protejam a integridade financeira do servidor (POTUK; GUIMARÃES, 2024; BARBOSA, 2022).

Por fim, a manutenção desse estado de vulnerabilidade financeira compromete a autoeficácia e a motivação do policial para o cumprimento do dever. Ao sentir que sua remuneração é insuficiente para garantir o bem-estar básico, o militar pode desenvolver um sentimento de injustiça que se reflete em negligência administrativa ou desinteresse técnico. A recuperação da capacidade decisória do agente depende, portanto, de intervenções que tratem a saúde financeira como um elemento tático da segurança pública, garantindo que o policial tenha o equilíbrio mental necessário para proteger a sociedade de forma ética e eficiente (SILVA et al., 2025; AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025).

4.3. O Ciclo do "Bico" e a Fadiga

A necessidade de mitigar o déficit orçamentário familiar leva muitos policiais militares a recorrerem sistematicamente a atividades extras, popularmente conhecidas como "bicos", frequentemente na segurança privada informal. O exercício dessas funções durante o período que deveria ser destinado ao repouso anula a possibilidade de recuperação biológica, resultando em um quadro de fadiga crônica. Esse desgaste físico e mental acumulado reduz não apenas a expectativa de vida, mas compromete toda a saúde biopsicossocial do profissional, gerando um estado de exaustão que se torna permanente ao longo da carreira (SANTOS, 2024; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CRUZ, 2025).

O ciclo do "bico" estabelece um paradoxo perverso na segurança pública: para quitar dívidas geradas pelo estresse e pela falta de planejamento orçamentário, o policial submete-se a uma carga horária exaustiva que gera ainda mais estresse e adoecimento. A ausência de momentos de lazer e descanso prejudica diretamente a qualidade do serviço prestado à sociedade, uma vez que um organismo exaurido não detém os reflexos e o discernimento necessários para missões de alta complexidade. O esgotamento mental torna-se, portanto, uma barreira intransponível para a eficiência operacional e para a segurança da própria guarnição (SILVA et al., 2025; MOUSSE DE SOUZA et al., 2025).

Sob a ótica neurobiológica, a privação de sono e o esforço físico contínuo elevam os níveis de cortisol a patamares tóxicos, o que inibe o funcionamento do córtex pré-frontal e favorece a tomada de decisões irracionais. O policial fadigado pelo excesso de jornada perde a capacidade analítica de avaliar riscos em frações de segundos, tornando-se propenso a escolhas

impulsivas tanto na gestão de suas finanças quanto no emprego de equipamentos letais. Esse estado de exaustão é apontado como um fator determinante para o aumento da morbimortalidade na carreira, evidenciando que a fadiga mata tanto quanto o confronto direto (SOUZA, 2025; LIMA et al., 2026).

A sobrecarga de trabalho para fins de complementação de renda também interfere na percepção de autoeficácia do policial militar. Ao perceber que o salário base da corporação é insuficiente para suas necessidades básicas, o agente sente-se desvalorizado pelo Estado, o que alimenta sentimento de frustração e cinismo. Esse distanciamento emocional e a sensação de que o esforço não é recompensado financeiramente são gatilhos diretos para a Síndrome de Burnout, que se manifesta pela despersonalização no atendimento ao cidadão e pelo esgotamento das reservas psicológicas do militar (SILVA et al., 2025; TAVARES et al., 2021).

Além dos riscos à saúde individual, a recorrência ao trabalho extra informal fragiliza a integridade da instituição policial. A vulnerabilidade financeira e a fadiga física podem tornar o agente mais suscetível a abordagens antiéticas ou ao envolvimento em redes de segurança paralelas que conflitam com o dever estatutário. Sem uma reserva de emergência e sob a pressão de credores, o policial fadigado prioriza a sobrevivência financeira imediata em detrimento dos protocolos institucionais, o que representa um risco moral elevado para a segurança pública e para a confiança da sociedade (POTUK; GUIMARÃES, 2024; AZEVEDO; DANTAS; AGUIAR, 2025).

Em última análise, a quebra deste ciclo de endividamento e fadiga excessiva depende da implementação urgente de programas de educação financeira e apoio psicossocial dentro das corporações. Somente através da valorização profissional real, que inclua o saneamento financeiro e a garantia do tempo de descanso, será possível reduzir os índices alarmantes de sofrimento mental e suicídio na carreira. O equilíbrio emocional e técnico do militar estadual é o que garante a excelência da segurança pública, exigindo que o Estado reconheça o bem-estar financeiro como uma estratégia de preservação da tropa e da vida (PESSOA; AGUIAR, 2026; GOMES; THIESEN, 2022; BARBOSA, 2022).

CONCLUSÃO

O presente estudo evidencia que o endividamento financeiro na carreira policial militar transcende a esfera de uma crise orçamentária individual para configurar-se como um grave problema de saúde ocupacional e de gestão institucional. Sob a ótica neurocomportamental, constatou-se que o estresse financeiro crônico inibe as funções cognitivas do córtex pré-frontal,

o que compromete o discernimento analítico e favorece decisões impulsivas. Esse estado de vulnerabilidade biológica aumenta exponencialmente os riscos operacionais, uma vez que o foco do agente é desviado de sua missão constitucional para a angústia da insolvência econômica, resultando em potenciais erros de procedimento e uso desproporcional da força.

Como consequência direta, os resultados confirmaram que o desequilíbrio das finanças atua como um catalisador para transtornos mentais severos, correlacionando-se a quadros de depressão, ansiedade, Síndrome de Burnout e, em níveis extremos, ao comportamento suicida. Esse sofrimento psíquico é agravado pela erosão das redes de apoio familiar, resultante de conflitos domésticos e isolamento social, e pelo paradoxo de exaustão gerado pelo ciclo do "bico". A busca por rendas extras em períodos de folga anula a recuperação biológica do militar, gerando uma fadiga crônica que ameaça tanto a sua integridade física quanto a qualidade da segurança prestada à sociedade.

Diante desse cenário, conclui-se que a estabilidade financeira é um pilar fundamental para a saúde biopsicossocial e para a efetivação dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública. Um policial financeiramente resiliente mantém a clareza mental necessária para o exercício pleno das suas funções, apresentando menor suscetibilidade a desvios éticos ou abordagens impulsivas. Portanto, a educação financeira deve ser encarada pelo Estado e pelas corporações não como um tema privado, mas como uma estratégia de proteção institucional e valorização profissional indispensável para a preservação da tropa.

14

Recomenda-se, por fim, a implementação de programas estruturados de educação financeira nos cursos de formação e aperfeiçoamento, acompanhados de suporte jurídico e psicossocial para o saneamento de dívidas. No contexto da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), tais diretrizes são ainda mais estratégicas dadas as particularidades geográficas da região e o isolamento em áreas remotas. Ao fortalecer o bem-estar econômico do policial amazonense através de núcleos de assistência descentralizados e parcerias institucionais, o Estado potencializa a resiliência de sua força pública para a proteção social e ambiental da Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Bruno Brissow de; DANTAS, Daniela dos Santos; AGUIAR, Denison Melo de. A educação financeira como fator de melhoria na qualidade de vida dos policiais militares do Amazonas. *Interference Journal*, v. 11, n. 2, p. 9792-9811, dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p9792-9811>. Acesso em: 13 fev. 2026.

BARBOSA, Danilo Santana. Análise da viabilidade e relevância da inserção da disciplina de educação financeira nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 7, p. 51012-51026, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n7-155>. Acesso em: 13 fev. 2026.

CHIARI, Moacir José Stevanato. Entre o dever e o sofrimento: a saúde mental dos profissionais da segurança pública. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 6, jun. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i6.19809>. Acesso em: 13 fev. 2026.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERNANDES, Jhoycynnara da Silva; GAMA, Arnaldo Costa. Saúde mental e direito social à saúde na Polícia Militar do Amazonas. **Interference Journal**, v. 11, n. 2, p. 8915-8935, dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p8915-8935>. Acesso em: 13 fev. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira: Essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GOMES, Liliane Vicentina; THIESEN, Renato Lehmkuhl. Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina. **RC-ESPM**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 24-49, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2178-4590.20220010>. Acesso em: 13 fev. 2026.

LIMA, Gabriel Coutinho de et al. Direitos humanos e segurança pública: a corrida como método de promoção da saúde mental e física na Polícia Militar do Amazonas (PMAM). **REASE**, v. 12, n. 2, fev. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i2.24173>. Acesso em: 13 fev. 2026.

LIMA, Luana Folchini da; MADALOZZO, Magda Macedo; CIOATO, Alexandra Carol. Intervenções em promoção e prevenção em saúde mental entre profissionais de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 19, n. 2, ago./set. 2025. Acesso em: 13 fev. 2026.

LOPES, Kelly; WAENY, Maria Fernanda Costa; MACEDO, Cibele Mariano Vaz de. Riscos psicossociais no trabalho de policiais militares que podem levar ao estresse. **Revista Ibirapuera**, São Paulo, n. 15, p. 51-60, jan./jun. 2018. Acesso em: 13 fev. 2026.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOUSSE DE SOUZA, Shelley et al. Políticas públicas de valorização do Policial Militar no estado do Amazonas. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 2, dez. 2025. Acesso em: 13 fev. 2026.

OLIVEIRA, Hilderline de; OLIVEIRA, Bruno Rodrigues de; CRUZ, Eduardo. Planejamento financeiro e sua influência na ação policial militar. **Revista Científica ACERTTE**, v. 5, n. 6, e56243, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.63026/acertte.v5i6.243>. Acesso em: 13 fev. 2026.

